

Superior Tribunal de Justiça

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.579.342 - RJ
(2016/0015981-2)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : ANTONIO JOSE DE QUEIROZ RIBEIRO JUNIOR
ADVOGADO : KÁTIA REGINA DOS REIS SANTOS E OUTRO(S) - RJ152475
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DO PARTICULAR LIMINARMENTE INDEFERIDOS.

1. Trata-se de Embargos de Divergência interpostos por ANTONIO JOSE DE QUEIROZ RIBEIRO JUNIOR contra decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro FRANCISCO FALCÃO, que negou provimento ao seu Recurso Especial.

2. De acordo com a parte embargante, a decisão estaria em conflito com acórdãos da Primeira e da Quinta Turmas, decisão ementada nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS. REPERCUSSÃO GERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1. *O Supremo Tribunal Federal, por ocasião da análise do AI 842.063/RS (Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 2/9/11), reconheceu a repercussão geral da questão constitucional nele suscitada e, no mérito, reafirmou sua jurisprudência dominante sobre a matéria, no sentido de que o artigo 1º-F da Lei 9.494/97, com a alteração dada pela Medida Provisória 2.180-35/01, tem aplicabilidade imediata, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.*

2. *Nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, aplicado analogicamente à espécie, diante da manifestação definitiva do STF sobre a questão dos juros moratórios incidentes sobre as*

Superior Tribunal de Justiça

condenações impostas à Fazenda Pública, faz-se necessário a realização de juízo de retratação.

3. *Questão de ordem acolhida para manter o provimento dado ao recurso especial quanto ao mérito da controvérsia e, em juízo de retratação, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, determinar que os juros moratórios incidam da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/8/01, data de publicação da Medida Provisória 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP 2.180-35/01 até o advento da Lei 11.960, de 30/6/09, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/09 (REsp. 1.200.549/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25.6.2012).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO. SARGENTO DO EXÉRCITO. MILITAR TEMPORÁRIO. DIREITO À ESTABILIDADE. RECURSO ESPECIAL.

1. *É direito do militar, ainda que temporário, a estabilidade quando contar mais de 10(dez) anos de efetivo serviço.*

2. *Para ser coerente com a tese de que o oficial temporário não faz jus à permanência definitiva no serviço ativo, cumpriria ao Exército licenciá-lo antes de completado o decênio legal.*

3. *Recurso não conhecido (REsp. 68.992/RJ, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, DJ 16.11.1998, p. 109).*

3. Brevemente relatado.

4. Os Embargos de Divergência devem ser liminarmente rejeitados, uma vez que as *decisões monocráticas* não podem ser impugnadas por essa via recursal.

5. A regulamentação da admissibilidade e do processamento do Recurso Uniformizador encontra-se estabelecida no art. 266 do RISTJ, que assim dispõe:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 266. *Cabem embargos de divergência contra acórdão de Órgão Fracionário que, em recurso especial, divergir do julgamento atual de qualquer outro Órgão Jurisdicional deste Tribunal, sendo:*

6. A interpretação literal do dispositivo permite concluir que a presente via recursal tem o escopo de pacificar a jurisprudência entre Turmas ou entre Seções e, por consequência, reclama um julgamento prolatado por órgão colegiado.

7. Dessa forma, *decisões monocráticas*, como no caso em análise, não podem ser impugnadas pela via dos Embargos de Divergência. Essa é a conclusão a que se chega da leitura dos precedentes abaixo indicados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. INVIABILIDADE. RECURSO INDEFERIDO LIMINARMENTE. EXEGESE DO ART. 266 DO RISTJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A redação do art. 266 do RISTJ indica que os embargos de divergência são cabíveis contra julgado proferido por órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial. Assim, *decisões monocráticas de Ministros Relatores não desafiam a interposição dessa espécie recursal* (AgRg nos EDcl nos EAREsp 243.034/PE, Rel. Min. LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe 12.6.2015).

2. *Agravo Regimental de MANOEL CANDIDO GOMES RAMOS a que se nega provimento* (AgRg nos EAREsp. 558.042/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 6.8.2015).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO. REQUISITOS. ART. 266, I, DO RISTJ. DESATENDIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno

Superior Tribunal de Justiça

foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. *A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que são incabíveis embargos de divergência contra decisão monocrática, nos termos do art. 266, I, do RISTJ. Precedentes.*

3. *Agravo interno não provido (AgInt nos EAREsp. 905.264/RS, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe. 19.12.2016).*

2 2 2

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. AUSÊNCIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO POR TURMA OU SEÇÃO DO STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DESCABIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECE DOS EMBARGOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *Os embargos de divergência somente são cabíveis contra acórdão de Turma ou de Seção do Superior Tribunal de Justiça, não contra decisão monocrática de relator, impugnável por agravo interno.*

2. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EREsp. 1.418.819/MS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 24.11.2016).*

8. Com essas considerações, indeferem-se liminarmente os Embargos de Divergência interpostos pelo Particular, nos termos do art. 266-C do RISTJ.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

